



XI Congresso Português de Sociologia
*Identidades ao rubro: diferenças, pertenças e
populismos num mundo efervescente*
Lisboa, 29 a 31 de março de 2021

**Secção/Área temática / Thematic Section/Area:
Identidades, Valores e Modos de Vida**

**“O fruto da vida é sagrado”: a terra na campanha de Jair Bolsonaro
“The fruit of life is sacred”: land issues in Jair Bolsonaro’s campaign**

CARNEIRO, Laara; CIES-Iscte/ FCT; laaracarneiro@gmail.com

Resumo

Em contraste com uma construção política populista que o atual presidente do Brasil Jair Bolsonaro e o seu então partido propunham enquanto projeto de governo, esta pesquisa busca lançar luz à importância de olhar para a questão da ‘terra’ considerando a existência das muitas perspectivas que o termo pode evocar. A partir do desdobramento interpretativo da análise de conteúdo temática e formal do programa de governo “O Caminho da Prosperidade” do Partido Social Liberal e da conta no *Twitter* do então presidencializável entre janeiro e outubro de 2018, ressalta-se a ontologia-mercantil do liberalismo clássico enquanto elemento para o estabelecimento da fronteira política proposta por Bolsonaro; a propriedade privada enquanto eixo central de sua campanha; uma articulação hegemônica em torno do agronegócio e um complemento à ideologia neoliberal de mercado enquanto marcas de um populismo que, respaldado por um discurso securitizador, constitui a base da narrativa acerca do agrário na campanha política sob análise.

Abstract

In contrast to a populist political construction, that today's president of Brazil Jair Bolsonaro and his then political party have proposed as government project, this research seeks to shed light on the importance of looking at the 'land' issue in Brazil considering the existence of the many perspectives the term can evoke. Through an interpretative unfolding of the thematic and formal content analysis of the Social Liberal Party's campaign platform "The Path Towards Prosperity" and of the then candidate's *Twitter* account between January and October 2018, I highlight classical liberalism mercantile ontology as the principle that establishes the populist political frontier in Bolsonaro's political project; private property as the central axis of this project. A hegemonic articulation that benefits the agribusiness; and populism as a thin-centered ideology coupled to a neoliberal market ideology that, supported by a securitizing discourse, constitutes the core arguments over land in the political campaign under analysis.

Palavras-chave: terra, alteridade cultural radical, Jair Bolsonaro, populismo digital.

Keywords: land, radical cultural otherness, Jair Bolsonaro, digital populism.

Introdução

Vimos nos últimos anos a ascensão de governos de extrema-direita em diferentes regimes políticos e democracias liberais e de candidatos, cujos discursos populistas vieram a se adequar ao uso das novas tecnologias da comunicação e da informação (Gerbaudo, 2019). No Brasil, observamos recentemente este fenômeno a partir da campanha e posterior eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república (Cesarino, 2020). Pronunciamentos direcionados a movimentos sociais e povos tradicionais despertaram o interesse pelo estudo do período eleitoral de 2018, tendo como escopo a questão da terra e a sua relação com coletivos outros que não se encontram sob a razão liberal, tal como formulada pelo filósofo contratualista John Locke (1994/1690) ou sob a lógica das relações, ou do rompimento destas, conduzidas pela ideologia neoliberal de mercado, tal como definida por Harvey (2005). A partir da perspectiva de que são muitas as terras que coexistem no espaço agrário brasileiro, assumo neste artigo a ‘questão da terra’ no Brasil enquanto um emaranhado de diferentes mundos e ontologias, e que se desdobra, portanto, também em múltiplos e variados conflitos.

O que pretendo abordar nas páginas que se seguem são alguns dos principais elementos do discurso do então candidato e de seu programa de governo que envolvem as temáticas aqui apresentadas, buscando discuti-las a partir de diferentes características atribuídas ao populismo pelos cientistas políticos Cas Mudde (2004) e Ernesto Laclau (2005), contrapondo estas dimensões à ideia de alteridade cultural radical mobilizada por Eduardo Viveiros de Castro (2012). Tratando-se o populismo de um conceito em que “subsiste um significante escorregadio”ⁱ (Álvares e Dahlgren, 2016, p.48), em alguma medida sobre-categorizado e controverso, antes de entrar na análise da campanha propriamente dita, dedicarei algumas palavras acerca da definição do referido fenômeno que mobilizarei neste texto.

Populismos

Gidron e Bonikowski (2013) apresentam-nos um amplo panorama de diferentes, não necessariamente excludentes, propostas de abordagem do fenômeno do populismo – este enquanto ideologia política, estilo discursivo, estratégia política, etc. Há um grande desafio, segundo os autores, em definir o fenômeno, que passa pela descrição de “movimentos políticos, partidos, ideologias, e líderes através de contextos geográficos,

históricos e ideológicos [distintos]” (2013, p.3). O desafio constitui-se, continuam, em entendermos como o contexto condiciona a construção populista e como esta por sua vez influenciará a política. É um exercício similar o que esta pesquisa pretende iniciar – olhar para a comunicação da campanha de Bolsonaro a partir de seu texto, contexto e possíveis implicações, em um processo interacional não linear e não unidirecional entre estes elementos.

Utilizaremos aqui, primordialmente, a definição trazida por Cas Mudde (2004) de que o populismo constitui “uma ideologia de baixa intensidade, que considera a sociedade enquanto dividida em dois campos antagônicos e homogêneos, um ‘povo puro’ versus uma ‘elite corrupta’, e que argumenta que a política deve expressar a ‘vontade geral’ do povo” (Mudde, 2004, p.543). Apesar de divergente em alguns pontos – dos quais saliento a base ideológica e moral do populismo em Mudde (2004) e sua utilização categórica do adjetivo “homogêneo” acerca dos campos em que o populismo divide o político –, faz-se também importante na construção conceptual do fenômeno que utilizo neste artigo apresentar alguns aspectos da constituição de povo sob a lógica do populismo (e do político em si) de Ernesto Laclau (2005). Para este autor, um dos aspectos essenciais da construção populista dá-se a partir da convergência de demandas políticas – a que chama “equivalenciais”. Neste processo, o grupo político que constitui esta “cadeia equivalencial de demandas”, composto por coletivos *heterogêneos*, é representado *hegemonicamente* a partir de imagens ou palavras tomadas como universais – nos termos do autor, “significantes vazios” (Laclau, 2005, p.197).

Não obstante ser importante em outros contextos, na análise que aqui proponho, considero que a diferenciação entre uma abordagem ideológica e outra no âmbito da construção discursiva de uma articulação política não se fazem necessariamente excludentes. Argumento, assim, que a formação desta “cadeia equivalencial de demandas”, nos termos laclanianos, pode coexistir com a ideia de que tal construção é feita em acordo com, e não a despeito de, uma “ideologia-mãe”. Ou seja, aqui entendo que “a formação de fronteiras políticas e a construção discursiva do poder como força antagônica” (Laclau, 2005, p. 142) fazem parte de um processo em que também se articulam ideologias – tal como a definição do fenômeno do populismo em Mudde (2004) sugere – e as estruturas materiais de poder que a elas correspondem.

Já a articulação hegemônica proposta pelo programa “O Caminho da Prosperidade” (PSL, 2018) apresenta-se nos pronunciamentos de seu então presidencial na

plataforma *Twitter* melhor concebida se pensamos na construção de fronteiras políticas antagônicas que não pressupõem uma homogeneidade total, tal como advogado por Mudde (2004). E aqui mobilizaremos, então, a ideia de que é incontornável (e desejável do ponto de vista do projeto político que a articula) a existência de coletivos heterogêneos dentro de um mesmo ‘polo’ quando do construto hegemônico na formação populista do político (Laclau, 2005), ponto a ser ilustrado na quinta secção deste texto – dedicada à análise dos pronunciamentos de Jair Bolsonaro na rede acima citada.

Metodologia

Este trabalho trata do desdobramento interpretativo de alguns dos aspectos encontrados na análise de conteúdo temática e formal realizada sobre o programa de governo do Partido Social Liberal (PSL) “O Caminho da Prosperidade” da campanha “Deus acima de todos, Brasil acima de tudo”, bem como da conta de *Twitter* @jairbolsonaro entre 1 de janeiro e 28 de outubro do 2018, dia da segunda volta das últimas eleições presidenciais no país. Os dados do *Twitter* foram extraídos pelo MediaLab/ CIES-Iscte através do projeto de código aberto *Twint* e, a seguir, um programa lexical constituído de 191 palavras – elaborado a partir da revisão bibliográfica e do tratamento de dados secundários sobre o tema – foi aplicado aos dados recolhidos (programa de governo e *tweets*) a fim de constituir o *corpus* de análise desta investigação.

Este *corpus* foi então codificado a partir das seguintes categorias emergentes: “políticas ambientais”, “bioma, técnicas e tecnologia”, “segurança alimentar”, “povos tradicionais”, “educação”, “políticas agrárias”, “concerto político”, “agenda de campanha e apoio popular”, “movimentos sociais, ativismo e ação coletiva”, “segurança no campo”, “políticas agrícolas”, “política macroeconômica”, “desenvolvimento económico”, e “propriedade privada”. Sendo os temas “desenvolvimento económico”, no programa de governo do PSL, e o tema “agenda de campanha e apoio popular”, no *Twitter* do candidato, as suas escolhas privilegiadas. Destacam-se ainda as temáticas “propriedade privada” e “políticas ambientais” no texto programático e “desenvolvimento económico”, “povos tradicionais” e “políticas ambientais” no *Twitter* do candidato.

De uma amostra estratificada aleatória de cada grupo de categoria, 11 trechos do programa de governo e 34 *tweets* foram ainda codificados, a partir da observação da

sua forma, a fim de identificar a presença ou a ausência das seguintes categorias emprestadas da investigação de Ernst et al. (2019) relacionadas aos elementos de estilo populistas, a saber, “retórica de crise”; “emotividade”; “assertividade”; “coloquialidade”; e “intimização do discurso”.

A discussão abaixo – dividida em duas seções – apresenta então o desdobramento interpretativo de algumas destas categorias, organizado a partir de léxicos-chave desta investigação.

A terra no programa de governo do PSL

A primeira palavra-chave filtrada, “terra”, homônima ao tema deste trabalho, foi encontrada apenas uma vez, inserida na passagem que aqui cito: “Os frutos materiais dessas escolhas, quando gerados de forma honesta e numa economia de livre iniciativa, têm nome: PROPRIEDADE PRIVADAⁱⁱ! Seu celular, seu relógio, sua poupança, sua casa, sua moto, seu carro, sua terra são os frutos de seu trabalho e de suas escolhas! São sagrados e não podem ser roubados, invadidos ou expropriados!” (PSL, 2018, p.4). Vale referir, a passagem encontra-se sob a subsecção denominada “O Fruto da Vida é Sagrado”; esta, por sua vez, sob a secção “Valores e Compromissos”.

A passagem, apesar de possuir a única ocorrência da palavra “terra” em todo o programa, permite-nos introduzir algumas reflexões constantemente reiteradas ao longo deste. Aqui, já é possível perceber o que poderá ser considerado o *heartland* (Mudde, 2004) populista do então candidato no que diz respeito às questões agrárias. Com o centro de apoio de seu programa na ideia liberal de propriedade privada, o então partido de Bolsonaro passará a construir a sua unidade política em torno desse paradigma. Podemos arriscar dizer, portanto, que o seu território e “comunidade imaginada” (Anderson, 1983 apud Mudde, 2004) articulam-se, respectivamente, com a ideia de propriedade e proprietários, no sentido liberal clássico dos termos. Para melhor compreender as camadas contidas nesta afirmação, faz-se importante remeter algumas notas sobre o que diz John Locke acerca do conceito mencionado em caixa alta pelo então presidencial. Propriedade privada no texto remete diretamente ao conceito no filósofo contratualista: faz parte dos “frutos de seu trabalho” (PSL, 2018). Na ontologia liberal clássica, o que é chamado “a propriedade do trabalho” sobrepõe-se hegemonicamente à “comunidade da terra” (Locke, 1994/1690, cap. 5, sec. 40). Apesar

de inicialmente constituir um bem comum de toda humanidade, em Locke, cada ser humano tem o direito – e o dever, postulado por Deus – de trabalhar esta mesma terra, subjugando-a às suas necessidades e, assim, transformando a fração trabalhada (bem como os frutos e caças dela colhidos e abatidos) em sua propriedade.

Entendo que, limitando o termo ‘terra’ à expressão ‘propriedade privada’, o programa de governo analisado começa a estabelecer a sua fronteira política, colocando para além deste limiar, todos os coletivos que não possuam esta relação de domesticação e subjugação da terra a partir do trabalho. A dicotomia começa então a ser desenhada entre estes e ontologias outras que pressupõem antes uma “anti-domesticação” da terra e de si mesmos, como descrito por Manuela Carneiro da Cunha (2017), por exemplo, acerca de agricultores indígenas na Amazônia. Opondo-se ao direito à propriedade privada em Locke (1994/1690) temos, assim, estes coletivos que compartilham “os direitos sobre a terra com outros seres sencientes” e que evitam “a hegemonia dos interesses humanos ao explorar o território” (Cunha, 2017, p.133). Temos, ainda, nos utilizando aqui da interpretação da Bíblia do escritor e líder quilombola Antônio Bispo dos Santos (2015), os que não tem o trabalho “como um instrumento de castigo”, tal como o “povo eurocristão monoteísta” (Santos, 2015, p.31) o tem. Outro exemplo desta multiplicidade pode ser observado entre coletivos que reconhecem em entes não humanos o atributo de “dono”, como é o caso da “ontologia-*Caipora*”, mobilizada por Mauro Almeida (2013). Com efeito, há todo um “mosaico de sociodiversidade e de biodiversidade” (Almeida, 2007, p.21) que não poderá assumir qualquer lugar na “cadeia equivalencial” (Laclau, 2005) que o programa de governo analisado começa a rascunhar acerca do agrário.

No trecho, é possível constatar também o crescendo de uma narrativa de crise e a assertividade do discurso, inculcando urgência e importância à mensagem populista e facilitando o sucesso de sua proposta (Mudde e Kaltwasser, 2017, p.106). O candidato promete proteger o seu povo – os donos da terra segundo a lógica liberal e mercadológica – do roubo, da invasão e da expropriação. Observamos neste e em outros trechos do programa um esforço pela securitização do debate agrário. Aqui, penso na ideia de securitização a partir da contribuição que Simon Dalby (1997) dá acerca da questão da segurança no pós-Guerra Fria. Saliento deste debate a importância de nos confrontar com a pergunta “segurança de quem?” e do discurso securitizador enquanto prática de articulação política. Como em Dalby (1997), a decisão de quem deve ser protegido e a militarização do debate apresentam-se enquanto instrumentos de

manutenção de uma determinada ordem política. Esta construção narrativa também funciona, argumento, enquanto objetivação da ideologia à qual o populismo que estamos tratando encontra-se vinculado e da manutenção da hegemonia do grupo econômico-político que a esta ideologia está articulado. Não estando a “ontologia-mercantil” (Almeida, 2013) propriamente ameaçada nos governos anterioresⁱⁱⁱ, argumento que esta retórica de crise, fundamentada em um discurso securitizante, funciona então como um compromisso tácito que o partido estabelece com o agronegócio e a ideologia neoliberal à qual está vinculado – ponto que melhor abordaremos mais a frente.

Como última reflexão acerca desta passagem, reiteramos o valor moral que Bolsonaro atribui a seu povo e a seus opositores. Observamos, assim, que seu eixo central e os que a eles estão vinculados (seu *heartland*) são sagrados, intocáveis. Para Mudde, os “opponentes [do povo] não são somente pessoas com diferentes prioridades e valores, são *malignos!*” (2004, p.544), há uma atribuição de valor moral aos campos dicotômicos em sua construção populista. Da mesma forma, lembrando que a passagem se encontra na subsecção “Valores e Compromissos” sob o título “O Fruto da Vida é Sagrado” (PSL, 2018, pp.3-4), traço a seguir uma ‘conexão insuspeita’^{iv} entre a narrativa da árvore da vida e da traição de Adão e Eva na Bíblia e o trecho aqui analisado.

Sugiro então, como experiência especulativa, a hipótese de haver uma elipse no subtítulo “O Fruto da Vida é Sagrado”, referindo-se a oração ao fruto da árvore da vida, plantada no jardim do Éden junto à árvore proibida do conhecimento do bem e do mal (Gn 2, 9). Na conhecida história, Adão e Eva comem o fruto da última árvore, desrespeitando assim o compromisso estabelecido com Deus. Como consequência, Adão tem a terra amaldiçoada e nela é condenado a trabalhar, com sofrimento, para que dela possa extrair seu alimento e, ainda, passa a ter proibido o acesso à árvore da vida e a seus frutos – guardados impiedosamente por querubins com espadas (armas) de fogo (Gn 3, 17-19). Cria-se aqui, em termos retóricos, uma dicotomia religiosa entre os que fazem parte de um grupo moral que teme e respeita a Deus – ao deus “eurocristão monoteísta” (Santos, 2015) – e os que a Ele desobedece(ra)m. A retórica utilizada no programa de governo faz-se, assim, uma vez mais primordial para a reiteração da fronteira política de Bolsonaro e do povo com quem constrói o seu projeto político.

Trazendo uma reflexão reversa acerca desta narrativa, a partir dos que não se encontram dentro do campo político definido pelo texto “O Caminho da Prosperidade”, apresenta-se a ideia de cosmofobia concebida por Antônio Bispo dos Santos (2015):

O Deus da Bíblia, ao expedir e executar essa sentença, condenou o seu povo a penas perpétuas e indefensáveis (...). [A]o amaldiçoar a terra e determinar uma relação fatigante entre o seu povo e a terra, classificando os frutos da terra como espinhos e ervas daninhas e impondo aos condenados que não comam de tais frutos, só podendo comer das ervas por eles produzidas no campo com o suor do seu próprio corpo, o Deus da Bíblia, além de desterritorializar o seu povo, também os aterrorizou de tal forma que não será nenhum exagero dizer que nesse momento ele inventou o terror psicológico que vamos chamar aqui de cosmofobia. (p.31).

Santos, recentemente, reafirmando o posicionamento antipodal entre estas duas cosmovisões, profere: “a sociedade euro-cristã não confia que o rio guarda os peixes (...) porque para eles só serve aquilo que vem do trabalho-castigo. (...) [O] Povo de Kalunga (...) não tem a terra como maldita, tem a terra como sagrada. (...) [As divindades] nunca nos ameaçaram, então nós não sofremos da cosmofobia” (Santos, 2020, 24:07-25:23).

Nesse momento da análise, já encontramos melhor delimitada a divisão antagônica na construção do agrário no programa do então partido de Jair Bolsonaro. De um lado, temos os povos para os quais a terra não está subjugada, para os que nela desenvolvem múltiplas relações envolvendo humanos e não humanos, e a própria terra – os povos que têm como solução ao acúmulo, a guarda dos frutos da terra pelo próprio cosmos (Santos, 2020). De outro, os povos que se querem constituir em torno da ideia de propriedade privada – uma fração de terra subjugada pelo trabalho, onde as trocas mercantis e financeiras fazem-se prioridade –, os povos que veem nestas trocas a saída ao acúmulo desperdiçador:

através de um consentimento tácito e voluntário, eles descobriram e concordaram em uma maneira pela qual um homem pode honestamente possuir mais terra do que ele próprio pode utilizar seu produto, recebendo ouro e prata em troca do excesso, que podem ser guardados sem causar dano a ninguém; estes metais não se deterioram nem perecem nas mãos de seu proprietário. (Locke, 1994/1690, Cap V, sec. 50)^v.

Outra passagem do programa afirma que deverão ser retiradas “da Constituição qualquer relativização da propriedade privada, como exemplo nas restrições da EC/81”

(PSL, 2018, p.32). A saber, a emenda constitucional citada pelo programa do PSL dispõe em parágrafo único:

As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei (...). (Brasil, 2014, Art. 1º).

O trecho apresenta, assim, o papel que assume a propriedade privada no programa de governo do atual presidente – colocando-a acima, inclusive, do crime de exploração de trabalho escravo e da Constituição Federal. O discurso utilizado pelo partido dialoga ainda com outra característica do populismo atribuída por Mudde e Kaltwasser (2017) enquanto inerente ao fenômeno: uma hostilidade às ideias e instituições da democracia liberal ou constitucional, que rejeita “todas as limitações à expressão da vontade geral, mais notavelmente a proteção constitucional das minorias e a independência (...) das principais instituições do Estado” (Mudde, 2004, p.561). Aqui, a vontade geral dos proprietários de terra, segundo a construção de povo para o candidato, também se apresenta acima da garantia constitucional – em tese – então vigente.

Em relação ao termo “meio ambiente”, a passagem encontrada anuncia a mudança na estrutura orgânica dos ministérios que o atual governo concretizaria em janeiro do ano seguinte, quando a pasta da agricultura passa a abranger alguns dos órgãos responsáveis por gerir “Recursos Naturais e [o] Meio Ambiente Rural” (PSL, 2018, p.68)^{vi}. A passagem demonstra o papel (único) que a expressão “meio ambiente” viria a constituir no governo de Bolsonaro, associada à sessão “Economia e Infraestrutura” – relacionada à temática “desenvolvimento económico” – e à subsecção “Agricultura”. A utilização da expressão “recursos naturais” enquanto insumo para a agricultura (que, veremos, não qualquer agricultura, mas para o agronegócio) expõe mais uma vez a ontologia à qual se volta o político no partido eleito.

Já o vocábulo “ambiental” aparece na mesma secção, desta vez relacionado ao gargalo que estaria a enfrentar o setor de energia do país: “UM EXEMPLO: As Pequenas Centrais Hidrelétricas têm enfrentado barreiras quase intransponíveis no licenciamento ambiental. Há casos que superam os dez anos. Faremos com que o licenciamento seja avaliado em um prazo máximo de três meses” (PSL, 2018, p.71). As

barreiras aqui referidas pelo partido, vale esclarecer, se constituem dos povos autóctones e instituições (governamentais e não governamentais) que buscam lhes garantir o direito a seus territórios e dos órgãos de proteção ambiental estaduais e federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), responsáveis por conceder as licenças ambientais referidas na passagem. O meio ambiente aparece, portanto, como um obstáculo a ser transposto e o estilo discursivo empregado mais uma vez aponta à assertividade e a construção de uma retórica de crise. Argumento aqui que esta retórica, por sua vez, demonstra a urgência do projeto político analisado em estabelecer uma “terra arrasada” (Almeida, 2013, p.25) ou *terra nullius*, extinguindo da paisagem “os emaranhamentos nativos, humanos e não humanos” (Tsing, 2019, p.186) que a constituem. A passagem nos mostra que mais uma vez a única composição possível será a que melhor se submeter à ontologia-mercado. Meio-ambiente e seus correlatos interessam aqui somente no que diz respeito à infraestrutura econômica – título da secção sob análise – e esta, por sua parte, nada dirá sobre relações natureza-cultura e modos de cultivá-la e vivenciá-la que não a determinada pelas trocas capitalistas.

Voltando ao que consideramos ser o *heartland* do populismo de Bolsonaro – a propriedade privada –, bem como todos os termos relacionados à questão agrícola, estes aparecem no programa “O Caminho da Prosperidade”, comparativamente aos demais termos buscados, em absoluta maioria. Foram seis vezes citadas a palavra “propriedade” e dez vezes citados os termos relacionados à palavra “agricultura”. Das seis menções à palavra “propriedade”, cinco referem-se à propriedade privada e uma à privatização de terras da União. Das cinco referências à propriedade privada, todas se inserem, tal como analisado acerca do termo terra, no âmbito da securitização deste debate. Três destas cinco encontram-se explicitamente na secção “Segurança e combate a corrupção”.

Já em relação às dez menções à “agricultura”, oito encontram-se sob a secção “Economia e Infraestrutura” (PSL, 2018, p.50), indo ao encontro da escolha temática privilegiada identificada na análise de conteúdo – “desenvolvimento econômico” –, e nenhuma parece prever a existência de técnicas agrícolas e cultivares autóctones e integrados às ecologias locais. Reiteram, assim, através de uma monocultura do discurso, um panorama que exclui todo e qualquer coletivo alheio à lógica neoliberal de mercado (a que nos voltaremos mais a frente). Não foi mencionada a expressão “povos tradicionais” ou nenhuma palavra referente a qualquer coletivo que mantenha

com a terra relações outras que não mercantis – o programa de governo e seu projeto político não incluíam, assim, a heterogeneidade de coletivos natureza-cultura que coabitam o espaço agrário do país. Já os movimentos sociais de luta pela terra e por um outro modelo de produção estão implicitamente referidos na passagem cujo discurso especialmente securitizador e assertivo promete “[t]ipificar como terrorismo as invasões de propriedades rurais e urbanas no território brasileiro” (*Ibidem*, p.32).

A página do programa intitulada “Agricultura – uma proposta de mudança – um novo modelo institucional”, que apresenta em linhas breves e vagas as ideias do partido para este setor, aparenta, em um primeiro momento, indicar um alinhamento do mesmo à agricultura familiar: “[o] Estado deve facilitar que o agricultor e suas famílias sejam os gestores do espaço rural” (*Ibidem*, p.68). Entretanto, o único passo que o documento analisado apresenta como forma de atingir este objetivo é reunir todas as instituições do Estado que tem ingerência sobre o assunto em uma só pasta ministerial. No ano seguinte – e já indicado pelos demais aspectos do programa de governo sob análise e pelo apoio a Bolsonaro pela Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) (Sardinha, 2018), grupo de interesse no Congresso Nacional –, confirmamos que o programa se referia ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que passaria a ser comandado pela então presidente da FPA, Tereza Cristina. As famílias aqui contempladas condiziam, portanto, com a articulação política de povo já exposta em outras ocasiões desta análise. Destaca-se aqui, portanto, a hegemonia – “a parte que representa o todo” (Laclau, 2005) – do modelo de produção e relação do agronegócio^{vii}, de suas famílias, monoculturas e ontologias-mercado na construção política do então partido de Bolsonaro.

Levando em consideração o contexto político-econômico do parlamento, seu apoio ao candidato e a retribuição retórica do programa de governo sob análise, sugiro, por fim, que a ideologia principal (Mudde, 2004) a qual está vinculado o populismo de Bolsonaro – no que tange as questões agrárias – corresponde ao neoliberalismo. Este, cujo substrato remonta o aqui explorado pensamento liberal clássico, mas que dele se difere e o extrapola^{viii}, tem também em seus pilares uma ligação direta ao tema de que trata esta pesquisa. David Harvey (2005) apresenta – como mecanismos de funcionamento do neoliberalismo – uma longa lista, cujo conjunto de práticas correntes denomina “acumulação por espoliação” e que podemos encontrar na sacralização da propriedade privada e no modo de produção do agronegócio aqui em perspectiva:

práticas de acumulação que Marx tratou como primitivas ou originais durante o surgimento do capitalismo. Estas incluem a mercantilização e a privatização da terra e a expulsão de sua população campesina (...); a conversão de diferentes formas de direitos de propriedade (comuns, coletivos, estatais, etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada (...); a comodificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (indígenas) de produção e consumo; os processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de recursos (incluindo os recursos naturais); a monetização das trocas e da tributação, particularmente da terra. (Harvey, 2005, p.159).

Nesta altura já temos mais bem definidas as fronteiras políticas construídas pelo programa de governo; o eixo central (Mudde, 2004) sob o qual orbita a construção de povo no que tange as questões agrárias do populismo de Bolsonaro; a hegemonia que ali se articula e a ideologia-mãe à qual se vincula. Reconheço, assim, no que diz respeito à questão agrária no Brasil, a ontologia-mercantil, a propriedade privada, o agronegócio e o neoliberalismo, respectivamente, como aspectos-chaves de minha análise, que complemento a seguir a partir dos pronunciamentos na conta de *Twitter* do então candidato Jair Bolsonaro.

A terra no *Twitter* de Jair Bolsonaro

A análise que segue será mais breve, visto que a abordagem anterior e esta acabam por interseccionar-se na maioria de seus aspectos. Sobre a palavra-chave “terra”, foram encontrados quatro pronunciamentos, sendo um deles, às vésperas do segundo turno das eleições, trecho retirado e já analisado do programa de governo “O Caminho da Prosperidade”, sem qualquer alteração, no texto, de forma ou de conteúdo, mas em que se destaca o acréscimo de uma imagem do candidato com a sua filha, adicionando à passagem o que aqui codificamos como “intimização do discurso”. Reforça-se, assim, a ideia e a estratégia política do candidato, para quem o conceito de terra está intrinsecamente relacionado ao de propriedade privada. Outros dois trechos serão analisados em conjunto com as publicações relativas às terras quilombolas e indígenas, por fazerem referência às demarcações destes territórios e um terceiro relaciona-se à construção de uma retórica de crise direcionada à prática de ocupação de terras

improdutivas protagonizada por movimentos sociais agrários, a qual responsabiliza pelas “mortes e conflitos no campo” (Bolsonaro, 2018).

Em relação aos pronunciamentos encontrados que mencionam a questão ambiental na plataforma *Twitter*, destacamos o que se refere à fusão que o atual presidente tentaria concretizar em 2019 entre os Ministérios da Agricultura e do Meio-Ambiente; outro, relativo a essa ação, justificando a intenção pelo fato de que a fusão colocaria “um fim na indústria das multas” (Bolsonaro, 2018); e um terceiro que coloca a questão ambiental – mais especificamente o que o candidato chama de ativismo ambiental – tal como em seu programa de governo, como um entrave ao desenvolvimento do país. No caso do *tweet*, como um entrave ao turismo brasileiro: “O Brasil tem potencial turístico ímpar no mundo, porém sufocado pela violência, falta de infraestrutura e ativismo ambiental” (*Ibidem*). Os pronunciamentos também reiteram, portanto, uma retórica populista de crise, assertiva e coloquial, comuns aos posicionamentos encontrados no programa de governo, e, mais uma vez, o seu objetivo de expansão do que aqui atribuímos ao conceito de *terra nullius*. Já o radical ‘natur’ aparece duas vezes – uma, tal como no programa de governo, associa a natureza à recursos, insumos; a outra, à diversidade cultural e de “material humano e natural” presente no Nordeste brasileiro. Este aparente reconhecimento da diversidade em sua campanha, entretanto, trataremos a seguir ao analisar as passagens em que constam os termos “indígena” e “quilombola”. Em outro pronunciamento, Bolsonaro também se refere à “biodiversidade” da Amazônia: “(...) [e]m nossa viagem à Ásia o interesse pela biodiversidade Amazônica se fez presente” (Bolsonaro, 2018). Mais uma vez sua atenção ao bioma remete ao interesse no mesmo enquanto insumo, possivelmente na qualidade de gênero de exportação.

Já os termos “indígenas” e “quilombola” (e palavras correlatas), ao contrário do não encontrado no programa de governo, aparecem onze vezes no *Twitter* do candidato. Percebe-se pela análise dos pronunciamentos dois principais objetivos (em uma primeira apreciação, antagônicos) no conjunto de *posts* analisados: deslegitimar e desacreditar o processo de demarcação das terras indígenas e quilombolas – momento em que nos deparamos com a explicitação da elite a quem o populismo de Bolsonaro se opõe em termos morais; e apresentar sua candidatura como tendo o respaldo dos povos indígenas e comunidades quilombolas (em termos retóricos, como um todo).

Cito aqui exemplos destes trechos: “A Sra. Chefe do MP, antes de denúncias infundadas, deveria conhecer o processo de criação de quilombolas [sic], visita-los e entender o que significam. Em muitos casos, nossos irmãos ficam reféns de ‘chefes’, sem liberdade para até mesmo trabalhar a terra” (Bolsonaro, 2018) ou “Porque a esquerda potencializou demarcações de terras indígenas, quilombolas, etc.” (*Ibidem*), cujos vídeos a que se encontram associados apresentam reportagens que retratam supostas fraudes nos processos de demarcações de terras indígenas e quilombolas durante os governos anteriores. Tais assertivas visam, assim, associar o processo legal de demarcação de terras à elite política anterior, na visão do candidato, uma elite de esquerda e corrupta, objetivando, por fim, desacreditar e deslegitimar a importância das demarcações *per se*.

Mais uma vez, encontramos em seu discurso uma espécie de cruzada às instituições que compõem o sistema democrático liberal, a órgãos não eleitos pela maioria. Também vislumbramos aqui a quem é atribuído o papel da “elite corrupta” (Mudde, 2004) em Bolsonaro – aos governos anteriores do Partido dos Trabalhadores, aos órgãos até 2016 subordinados a este executivo e a uma ideia de ‘esquerda’ vaga e abrangente. Como encontramos nos trechos apresentados, nos termos de Mudde e Kaltwasser (2017), “este ímpeto antielitista caminha lado a lado com uma crítica às instituições, tais como partidos políticos, grandes organizações, e burocracias, que são acusadas de distorcer o ‘verdadeiro’ elo entre líderes populistas e ‘as pessoas comuns’” (2017, p.11).

Ao mesmo tempo, os demais pronunciamentos de Bolsonaro no *Twitter* relacionados aos povos indígenas e comunidades quilombolas apresentam, na maioria de suas declarações, uma tentativa de articulá-los em sua “cadeia equivalencial de demandas” (Laclau, 2005). Ou seja, busca incluí-los entre os que se unem e convergem suas demandas políticas em torno de um significante representativo de determinada hegemonia – neste caso, a propriedade privada fundamentada no trabalho enquanto representante da hegemonia neoliberal do agronegócio. Nos dois pronunciamentos que se vêem nas imagens abaixo, argumento, portanto, que Bolsonaro busca transmitir a ideia de que a constituição de povo em seu governo reconheceria a incontornável existência de coletivos heterogêneos, indo de encontro à caracterização dos campos políticos antagônicos enquanto homogêneos, tal como Mudde (2004) os define. A atuação do candidato em suas redes sociais demonstrava, portanto, que seu construto populista, como em qualquer processo real, pressupunha uma fronteira política em que “uma oposição pura exterior/interior” (Laclau, 2005, p.192) faz-se intangível.

Figura 1. Tweet “Quilombolas com Bolsonaro”



Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/986194568902332417>

Figura 2. Tweet “um pronunciamento de união de todos os brasileiros”



Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1036024369041104896>

Concomitantemente, porém, Bolsonaro deixa claro que esta heterogeneidade deverá se subordinar à unidade hegemônica da propriedade privada liberal e à sua exploração tal como determina a lógica neoliberal: a “união de todos brasileiros” (Bolsonaro, 2018)

só poderia se dar pela integração do Outro ao nós hegemônico. Exemplo desta afirmação está no discurso proferido por Bolsonaro no vídeo exposto na Figura 2 que contém as enunciações que seguem:

o que que o índio [sic] nosso irmão quer? (...) ele quer a sua terra e nela quer ter o direito de produzir, inclusive garimpar se assim entender. Mais ainda, se quiser vender um pedaço dela, que a venda, o índio não quer ficar isolado (...), eles querem se integrar à sociedade (...), eles querem explorar sua riqueza, seu subsolo e vender pra nós, eles querem ser gente como nós [sic] (...). Esses nossos irmãos querem e serão sim integrados a todos nós (...). Vamos nos unir em um só povo, uma só raça, um só coração verde-amarelo. (*Ibidem*).

Por fim, ainda sobre este ponto, importa referir que Bolsonaro busca apresentar a heterogeneidade de coletivos que o apoiam utilizando-se de uma figura de linguagem cara à construção discursiva populista – a sinédoque (Laclau, 2005). Bolsonaro utiliza-se dos termos “índios” e “quilombolas” e imagens de integrantes destes coletivos a fim de indicar que estes representam o todo, ou seja, todos os povos indígenas e comunidades quilombolas no país. Aqui, mais uma vez, é preciso recuperar o contexto e as intenções ideológicas e materiais do candidato, bem como o posicionamento de relevantes coletivos que responderam à candidatura de Bolsonaro, dos quais destaco a nota pública apresentada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que reitera que “Jair Bolsonaro (...) pretende entregar as riquezas nacionais ao capital internacional, (...) não demarcar mais nem um centímetro de terra indígena e quilombola, (...) facilitar o roubo e exploração das terras indígenas e dos bens naturais pelo agronegócio e os grandes empreendimentos” (APIB, 2018). Em suma, podemos afirmar que a defesa da candidatura de Bolsonaro no âmbito digital não representava os movimentos sociais e articulações nacionais organizados ligados às questões indígenas e quilombolas no país – tal como Bolsonaro, através do recurso da sinédoque buscava transmitir. Não sendo possível inferir, através da pesquisa realizada, sobre comunidades quilombolas ou etnias indígenas aliadas ao candidato, conseguimos ao menos aferir acerca da não totalidade e não representatividade deste apoio.

Apenas mencionado uma vez no plano de governo, de forma indireta, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é citado oito vezes pelo candidato em sua conta no *Twitter*, e tal como no programa, também é associado a grupos terroristas. Suas ações são criminalizadas e, dentro da mesma retórica de crise previamente descrita, mais uma

vez a securitização do discurso agrário faz-se explícito. Aqui vemos, portanto, somente uma ampliação do processo já deflagrado no plano de governo analisado.

Observamos, ainda no *Twitter* do candidato, a relevância das publicações que contemplam o apoio do e ao agronegócio, relativas à categoria “agenda de campanha e apoio popular”: dos cerca de 70 *tweets* filtrados pelo programa lexical, 37% (26 *tweets*) foram assim codificados. Em relação às publicações em defesa da propriedade privada – ainda que em menor peso que o observado em seu programa eleitoral –, estas também se revelam importantes para a campanha online do candidato.

Por fim, observamos que o conteúdo e a estrutura linguística utilizada para abordar a propriedade privada, bem como a sua associação premente à questão da segurança, corroboram a hipótese de que a comunicação de Bolsonaro acerca das questões ligadas à terra – representada majoritariamente pelo entendimento da mesma enquanto propriedade privada – posiciona-se dentro do espectro populista traçado no programa de governo de seu antigo partido. A diferença, porém, revela-se na tentativa de construir uma retórica que pretende acentuar a heterogeneidade presente na articulação política (Laclau, 2005) do candidato, sem abrir mão, entretanto, da hegemonia que lhe convém.

Algumas notas sobre populismo, redes sociais e “O Caminho da Prosperidade”

Antes de passar à conclusão, faz-se importante apresentar algumas notas acerca das relações entre os meios aqui analisados e as formas e gêneros associados a estes meios pelos quais se veiculam as mensagens de Jair Bolsonaro e de seu então partido em 2018.

No início da secção anterior comentamos que esta seria mais breve, uma vez que a análise do programa de governo “O Caminho da Prosperidade” adiantava parte dos resultados que nos traria a análise das redes sociais do então candidato Jair Bolsonaro. Em termos de conteúdo, podemos inferir, portanto, que as redes do candidato foram também utilizadas para a divulgação fragmentada de seu programa de governo, ou seja, puseram a circular trechos de “O Caminho da Prosperidade” – sem nenhuma alteração de conteúdo ou forma. Apesar da coerência entre o conteúdo do programa de governo e das redes sociais de Bolsonaro ser expectável, destaca-se que o estilo empregado em um e outro meio apresentam uma aproximação formal menos usual^{ix}, i.e., também o plano de governo do PSL apresenta o emprego de orações curtas e assertivas e a utilização de linguagem coloquial e de figuras retóricas que podemos associar a alguns

dos “elementos de estilo relacionados ao populismo”: negatividade (e.g. “retórica de crise”), emocionalidade (e.g. “assertividade”) e sociabilidade (e.g. “coloquialidade”) (Ernst et al., 2019, p.9).

Uma vez constatado um paralelismo entre o conteúdo apresentado por ambos os materiais de análise e a aproximação formal do material programático do estilo discursivo empregado pelo candidato no *Twitter*, passamos a um segundo ponto, a saber, a já citada correlação entre o fenômeno do populismo e o meio digital. Reforço então a ideia de afinidade eletiva (Weber, 1905), resgatada por Paolo Gerbaudo (2018), para explicar esta correlação. Destaco, então, do material analisado, as dimensões atribuídas por Ernst et al. (2019) às redes sociais que contribuem para esta combinação: o potencial de personalização das mensagens de campanha, salientando, neste âmbito, o que os autores chamam de “intimização do discurso” e a “emotividade” expressa em algumas das suas publicações online. Por fim, tal como observado no programa de governo, destacam-se, também, os elementos de estilo “coloquialidade”, “retórica de crise” e a “assertividade” dos textos analisados no que diz respeito aos pontos explicitados neste trabalho: a definição da fronteira política do candidato e de seu então partido entorno de uma ontologia-(agro)mercantil em oposição a alteridades que possuem com a terra outra relação; a sacralização da propriedade privada liberal; e o compromisso tácito com a proteção do que aqui generalizamos como ‘agronegócio’ e sua ideologia neoliberal.

Ainda sobre o neoliberalismo, que entendemos compor com o populismo em Bolsonaro, voltamos a Gerbaudo (2018) para comentar uma das conclusões a que chega o autor, e de que discordamos parcialmente nesta etapa da investigação. Segundo Gerbaudo (2018),

as mídias sociais são o produto de grandes corporações do Vale do Silício como o Facebook e a Google, cujo apoio à visão de mundo neoliberal é indiscutível, mas que viram suas plataformas serem colonizadas por conteúdos políticos e atores que colocam um sério desafio à ideologia neoliberal. (p.751).

Concordando com a primeira parte desta afirmação, argumenta-se que, ao contrário de impor desafios à ideologia neoliberal e aos grupos de interesse que a circundam, no caso aqui analisado, estes conteúdos vieram antes os fortalecer: cedem a estes atores uma nova narrativa, conveniente ao enfrentamento da crise de legitimidade defrontada pelo neoliberalismo desde o fim da primeira década do século XXI. Aqui, portanto,

concordamos que há uma crise de legitimidade da ordem neoliberal (Gerbaudo, 2018, p.746), mas, neste caso, não da *práxis* política a ela associada. O que vemos, então, é antes um alinhamento entre a campanha *online* do candidato, sua retórica populista e o fortalecimento da lógica neoliberal de mercado no que diz respeito ao agrário, i.e., populismo e neoliberalismo complementam-se e apresentam-se aqui, também, eletivamente afins.

Por fim, coloco em foco a diferença encontrada na análise de ambos os materiais de pesquisa, descrita na secção anterior: a representação de coletivos heterogêneos nos pronunciamentos no *Twitter* de Jair Bolsonaro, em contraposição à inexistência de termos a eles relacionados no plano programático do PSL. Argumento, então, que “O Caminho da Prosperidade”, apesar de destacar-se no que diz respeito à forma, por tratar-se, em termos de gênero discursivo, de um documento partidário oficial – em oposição ao *Twitter* do candidato –, estabeleceu, através da omissão destes termos em seu conteúdo, um diálogo direto com as demandas de outros *grupos legalmente constituídos* e seus respectivos *documentos oficiais*, por exemplo, com a representação do agronegócio no poder legislativo brasileiro, a já citada FPA, e com a entidade da sociedade civil responsável por representar produtores do agronegócio no país, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Argumento, então, que o plano de governo apresentado, se por um lado torce a relação padrão entre ambos os meios de campanha aqui analisados (como demonstrado, aproxima-se da informalidade e assertividade dos pronunciamentos em redes sociais), por outro, assume o expectável do seu gênero discursivo – o compromisso formal com grupos de interesse político-econômicos^x.

Considerações finais

Em “‘Transformação’ na antropologia, transformação da ‘antropologia’”, Eduardo Viveiros de Castro escreve-nos sobre a crescente importância do que chama de “política ativa da natureza” (2012, p.152). Cita como exemplos destas forças “o debate no Congresso sobre a reforma do Código Florestal, ou a mobilização contra a construção de Belo Monte, ou a campanha do MST a favor da produção agroecológica” (*Ibidem*). Dentro desta tessitura teórica, o conceito de multinaturalismo presente em seu histórico de trabalho resume-nos esse pensamento, ali costurado à ideia de *alteridade*

cultural radical, que “reconhece outros modos de existência que o nosso; justifica uma outra prática da vida, e um outro modelo do laço social” (*Ibidem*, p.158).

É a partir desta abordagem que esse estudo perspectivou a ‘questão da terra’, espaço em que coexistem diferentes relações que compõem as paisagens agrárias. Aqui, entendemos que o vocábulo “terra” comporta uma espécie de equivocação (Viveiros de Castro, 2018/2004) e, nesse sentido, devemos sempre pensar sua análise não a partir da busca por sinonímias, mas, ao contrário, de forma a “evitar perder de vista a diferença escondida dentro de ‘homônimos’ equivocais” (Viveiros de Castro, 2018/2004, p.252), colocando em evidência as diferenças contidas em um termo que se supõe ou se quer, da parte de determinadas forças político-econômicas, monolítico. O vocábulo, portanto, compreende em si diferentes existências e, argumento aqui, ressaltar estas diferenças deve fazer parte do diálogo político – diálogo este que pressuponha uma comunicação “por diferenças, ao invés de silenciar o Outro presumindo uma univocalidade – a similaridade essencial – entre o que o Outro e Nós estamos dizendo” (Viveiros de Castro, 2018/2004, p.255).

Nesse sentido, o olhar desta pesquisa sobre a terra tem no populismo, tal como mobilizado nesta análise, perspectiva teórica antagônica. O que vemos no conteúdo analisado é, a partir da construção retórica da campanha eleitoral de 2018, uma tentativa de “univocalizar” o meio agrário brasileiro sob a hegemonia do agronegócio, delinear as fronteiras políticas de forma que o “povo-mercadoria” (Kopenawa e Albert, 2015) e sua ontologia-mercado se tornassem portadores de uma vontade geral unificada (Mudde, 2004). Entendo, assim, que o programa de governo e a campanha *online* de Bolsonaro analisados neste trabalho prenunciavam a continuação e potencialização de um tipo específico de “*encontro*” entre ontologias, descrito por Mauro Almeida como “um ato de guerra ontológica, que destrói redes-de-vizinhança e coloca no lugar delas redes-de-mercado” (2013, p.20).

E, ainda que considerando a importância da heterogeneidade social na construção desta unidade, reconhecendo a impossibilidade de uma homogeneidade total (Laclau, 2005), que observamos no discurso político de Bolsonaro em suas redes sociais durante o ano eleitoral, argumento que continua a haver aqui uma incompatibilidade entre esta construção de unidade e a existência destas alteridades. Bolsonaro busca incorporar em seu discurso político grupos sociais heterogêneos, mas o eixo central de seu populismo o qual reiteradamente compromete-se em defender de toda e qualquer ameaça e a articulação hegemônica que privilegia a ontologia-agromercantil enquanto “parte *que é*

o todo” (Laclau, 2005, p.279) implicam, ao mesmo tempo, na renúncia da *multiplicidade de outros mundos* presente no meio agrário do país e, portanto, das alteridades radicais a que aqui aludimos.

Ainda em 2014, Danowisk e Viveiros de Castro denunciavam que “a fúria, somada a cobiça, dos que necessitam da inexistência da alteridade, vem se traduzindo em uma concertada ofensiva (...) dos grandes proprietários rurais – e de seus sócios, e seus clientes, e seus patrões – contra os índios e demais povos tradicionais do país” (2014, p.157). Coloco, então, como hipótese que a comunicação populista empregada pelo então candidato em campanha veio a corroborar essa necessidade de “inexistência da alteridade”, ameaçando os próprios coletivos representativos desta diversidade. Em outras palavras, a securitização do debate agrário e a defesa da terra unicamente enquanto propriedade privada e meio exclusivo de produção capitalista, viria a potencializar o risco em que são colocados os atores que possuem relações cosmológicas outras com o território que habitam. Os instrumentos de proteção propostos pelos discursos de segurança^{xi} indicavam, assim, que viria a aumentar a vulnerabilidade de seus opositores – o outro lado da fronteira política –, cuja história de resistência à acumulação do capital, à “luta contra a economia natural” (Luxemburgo, 1970/1913, p.317), remonta os primórdios mesmo da ontologia-mercado^{xii}.

Agradecimentos

Versões preliminares desse texto foram inicialmente apresentadas na *32ª Reunião Brasileira de Antropologia*, no GT Novos conservadorismos, populismos e liberalismos e no *III Seminário Internacional América Latina*, no GT Comunicação, relações de poder e conflitos socioambientais. Agradeço ao diálogo com professores e colegas nessas duas oportunidades e à orientação contínua das professoras Cláudia Álvares e Guya Accornero. Os equívocos e inconsistências, é claro, são de minha inteira responsabilidade.

Notas

- ⁱ Todas as traduções neste trabalho são da autora.
- ⁱⁱ Todos os grifos presentes em citações neste trabalho, exceto quando indicado, estão no original.
- ⁱⁱⁱ Sobre a questão agrária nos governos anteriores ver Mello, 2018.
- ^{iv} Esta hipótese não é passível de confirmação se pensarmos na concepção do texto “O Caminho da Prosperidade” (produção do discurso), mas que defendo plausível se considerarmos o efeito-propósito dessa associação (recepção do discurso).
- ^v Constata-se ainda que a história fundiária do Brasil enquanto Estado é marcada desde sempre pela hegemonia das relações liberais aqui detalhadas. Um exemplo paradigmático pode ser encontrado no artigo 1º da Lei de Terras de 1850, primeiro marco legal da estrutura fundiária do Brasil pós-independência: “[f]icam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (Brasil, 1850, Art.1º). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm. Acesso em: 16 de fevereiro de 2021.
- ^{vi} Por exemplo, temos o Serviço Florestal Brasileiro, que sai do Ministério do Meio Ambiente e passa a ser controlado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- ^{vii} Reconheço que esta afirmação generaliza e negligencia toda a heterogeneidade que apresenta o setor do agronegócio. Uma análise desta heterogeneidade inerente à própria formação do que Beatriz Heredia, Moacir Palmeira e Sérgio Pereira Leite chamam de “sociedade e economia do agronegócio” (2010) também se faz importante para pensar a formação populista do governo de Bolsonaro no que diz respeito às questões agrárias. Ainda sobre o tema, ver a pesquisa “Sociedade e Economia do Agronegócio: um estudo exploratório”, coordenada pelos autores supracitados e Leonilde Medeiros. Disponível em: <https://campohoje.net.br/>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2021.
- ^{viii} Sobre liberalismo e neoliberalismo ver Tatiana Figueiredo, “Do liberalismo ao neoliberalismo: as influências do ideário liberal na conformação da Escola de Chicago” (2009).
- ^{ix} Se comparado a outros programas de governo do mesmo ano eleitoral. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2021.
- ^x A invisibilização destes coletivos no plano de governo do PSL pode ser vista, assim, enquanto resposta a demandas tais como a preservação do “direito de propriedade”, “a vedação da ampliação de terra indígena já demarcada”, “a segurança jurídica dos atuais proprietários rurais”, dentre outras que compõem o documento “O Futuro é Agro” (Conselho do Agro, 2018, p.37-40), entregue em 2018 pela CNA a todos os presidentiáveis em campanha.

^{xi} O programa de governo analisado propõe reformular o Estatuto do Desarmamento e defende a possibilidade de utilização de armas de fogo para proteção da propriedade privada (PSL, 2018: 32). A defesa do excludente de ilicitude por parte da polícia e da legítima defesa por parte da sociedade civil aparecem na mesma página do programa que as referidas passagens acerca da não relatividade da propriedade privada e do enquadramento das ocupações rurais e urbanas como ato de terrorismo. Nas redes sociais, temos pronunciamentos como este: “Esta ameaça vai ser transmitida pela mídia ou só quando eu responder como defenderei minha família e propriedade, e então tentarão me imputar novamente como o maior vilão do universo?” (Bolsonaro, 2018). Com efeito, os frutos da árvore da vida, guardados por querubins com espadas de fogo (Gn 3, 24), dão lugar ao “fruto da vida” (PSL, 2018), guardados pelo “povo-mercadoria” e suas armas de fogo.

^{xii} Por decisão pessoal, a autora do texto não escreve segundo o novo acordo ortográfico.

Referências

- Álvares, C., & Dahlgren, P. (2016). Populism, extremism and media: mapping an uncertain terrain. *European Journal of Communication*, Vol. 31(1), pp.46-57. doi: 10.1177/0267323115614485
- Almeida, M. W. B. (2013). Caipora e outros conflitos ontológicos. *Revista de Antropologia da UFSCar*. São Carlos, v. 5, n. 1, p.7-28, jan.-jun, 2013
- Almeida, M. W. B. (2007). Narrativas agrárias e a morte do campesinato. *Ruris*. Campinas, v. 2, p.157-186.
- Bíblia, A.T., Gênesis, Almeida Revista e Corrigida. (2001). Sociedade Bíblica de Portugal.
- Cesarino, L. (2020). Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet & Sociedade*. n. 1, v. 1, pp.91-120, fev.
- Cunha, M. C. da (2017). Anti-domestication in the amazon: swidden and its foes. *Cambridge Workshop Science in the Forest, Science in the Past*. June 2.
- Dalby, S. (1997). Contesting an Essential Concept: Reading the Dilemmas in Contemporary Security Discourse. In. K. Krause & M. Williams. *Critical Security Studies*. London: UCL Press.
- Danowski, D. & Viveiros de Castro, E. (2014). *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Florianópolis: Cultura e Barbárie - Instituto Socioambiental

- Ernst, N., Blassing, S., Engesser, S., Büchel, F. & Esser, F. (2019). Populists Prefer Social Media Over Talk Shows: An Analysis of Populist Messages and Stylistic Elements Across Six Countries. *Social Media + Society*. 5 (1).
- Figueiredo, T. S. P. (2009). Do liberalismo ao neoliberalismo: as influências do ideário liberal na conformação da Escola de Chicago. *Leituras de Economia Política*. Campinas, (15): 97-127, jan./dez.
- Gerbaudo, P. (2019). *The Digital Party – Political Organization and Online Democracy*. Londres: Pluto Press.
- Gerbaudo, P. (2018). Social media and populism: an elective affinity?. *Media, Culture & Society*. 40(5), pp.745–753.
- Gidon, N. & Bonikowski, B. (2013). Varieties of Populism: Literature Review and Research Agenda. *Weatherhead Working Paper Series*. No. 13-0004.
- Harvey, D. (2005). *A brief history of neoliberalism*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Heredia, B., Palmeira, M., Leite, S. P. (2010). Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 25 n° 74 outubro/2010, pp.159-196.
- Kopenawa, D. & Albert, B. (2015). *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Laclau, E. (2010). *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. (Edição original: 2005)
- Locke, J. (1994). *Segundo tratado sobre o governo civil*. M. Lopes e M. L. da Costa (Trad.). Rio de Janeiro: Vozes, 1994. (Edição original: 1690)
- Luxemburgo, R. (1970). *A acumulação do Capital*. M. Bandeira (Trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editores (Edição original: 1913)
- Mello, M. P. C. (2018). *Os sentidos da reforma agrária no lulismo*. 258 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Mudde, C. (2004). The Populist Zeitgeist. In. *Government and Opposition* (pp.541-563). Oxford: Blackwell Publishing
- Mudde, C. & Kaltwasser, C. R. (2017). *Populism: a very short introduction*. New York: Oxford University Press
- Santos, A. B. dos. (2015). *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa.

Tsing, A. L. (2019). *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno*. T. M. Cardoso & R. V. Devos (Eds.). Brasília, DF: IEB Mil Folhas.

Viveiros de Castro, E. (2018). A antropologia perspectivista e o método de equivocação controlada. M. G. Camargo & R. Amaro (Trad.). *Aceno - Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 5 (10): 247-264, agosto a dezembro de 2018 (Texto original: 2004)

Viveiros de Castro, E. (2012). “Transformação” na antropologia, transformação da “antropologia”. *Mana*. 18(1), 151-171.

Fontes

Associação dos Povos Indígenas do Brasil. (2018). Eleições 2018: Em defesa da democracia e dos nossos direitos. Disponível em:

<https://cimi.org.br/2018/10/articulacao-dos-povos-indigenas-do-brasil-apresenta-nota-publica-eleicoes-2018-em-defesa-da-democracia-e-dos-nossos-direitos/>

Bolsonaro, J. (2018). Twitter. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/>

Brasil. Constituição. (1988). Emenda constitucional nº 81, de 5 de junho de 2014. Dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal.

Brasil. Lei de Terras. (1850). Lei no 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. (2018). O Futuro é Agro – 2018-2030. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/documentos-tecnicos/o-futuro-e-agro-plano-de-trabalho-2018-a-2030>

Frente Parlamentar Agropecuária. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/>

Projeto de Pesquisa Sociedade e Economia do Agronegócio. Coordenado por B. Heredia et. al. Disponível em: <https://campohoje.net.br/index.html>

Partido Social Liberal. (2018). O Caminho da Prosperidade. Programa de Governo.

Santos, Antônio Bispo dos. (2020). Metafísica na Rede Debate: Cosmopolítica e Cosmofobia. Debate com Marcio Goldman e Antônio Bispo dos Santos. Mediação Priscila Borges e Vânia Silva. Organização Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Metafísica. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IBlhkKzzHmo>

Sardinha, Edson. (2018). Com 261 parlamentares, bancada ruralista declara apoio a Bolsonaro. Congresso em Foco. Disponível em:

<https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/com-261-parlamentares-bancada-ruralista-declara-apoio-a-bolsonaro/>

Tribunal Superior Eleitoral. (2018). Propostas de governo dos candidatos ao cargo de Presidente da República. Disponível em:

<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>